

SOCIEDADE

Apesar da fraca qualidade

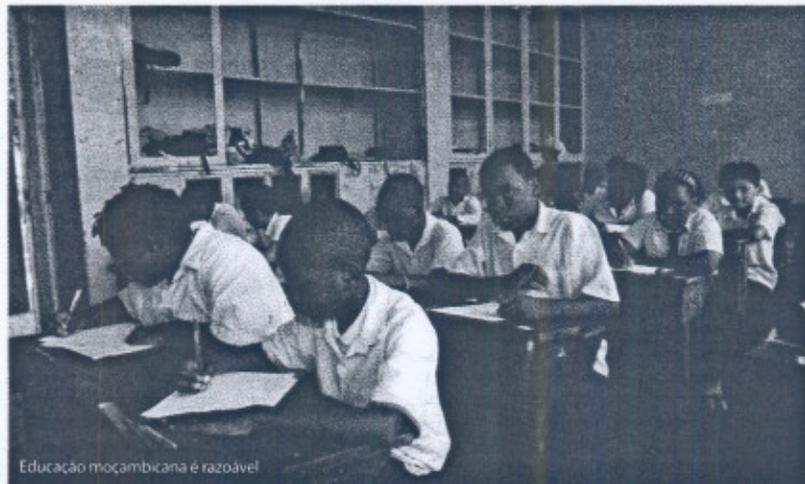
Sistema de educação moçambicano é razoável

A pesar da fraca qualidade do ensino em Moçambique, a população faz uma avaliação razoável do sistema nacional de educação. Esta constatação é de um estudo levado a cabo pelo Valor, um Instituto de Pesquisa de Opinião e Mercado que opera em Moçambique e no Brasil.

Os dados colhidos pelo instituto em referência indicam que, parte da população nacional, 46.9 por cento dos entrevistados, considera que a educação é regular, sendo que, logo em seguida, cerca de 30 por cento deste conjunto refere que o ensino é bom, e apenas 12% faz uma avaliação negativa do mesmo.

No entanto, a maioria dos inqueridos acreditam que a falta de infra-estruturas escolares é um problema preocupante para a qualidade do ensino, ou seja, 18.2 por cento afirma que a falta de escolas é o principal problema que a educação enfrenta no país.

Por outro lado, destaca-se a



fraca qualidade na formação dos docentes, assim como a qualidade do próprio ensino, indica o Valor.

Este estudo, para além de apresentar o panorama do ensino em todos os níveis, nomeadamen-

te, médio, técnico superior, pós-graduação e educação especial, também identifica as opiniões das populações no que diz respeito às acções governamentais, assim como sobre as políticas públicas e ou privadas sobre o sector.

No que concerne à qualidade de ensino por níveis, a pesquisa indica que para o ensino básico - o considerado fundamental - 15 por cento da população inquerida considera-o de bom, sendo que uma minoria de 1.5

por cento refere que o mesmo é mau. Por outro lado, para o nível superior quase que a diferença não existe, isto é, 6.1 por cento considera bom, e 5.2 por cento faz avaliação negativa.

No entanto, para o mestrado e doutoramento, as pessoas dizem que este é mau, de acordo com o mesmo estudo. Para o técnico, 7 por cento da população avalia-o como muito mau, e 7.5 por cento refere que o mesmo é mau, e por último 8 por cento dá nota positiva a este tipo de ensino. ■

Nova variedade de soja revela grande potencial produtivo

O Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) está a testar uma nova variedade da cultura de soja com um potencial agrícola acima do normal. Neste momento, a mesma está a ser testada numa área de cultivo de 11 agricultores em Manica. A mesma já se revelou positiva ao permitir uma produção de duas toneladas de sementes.

Domingos Dias, técnico do IIAM, em Manica, disse que foram seleccionadas cinco variedades diferentes de soja, em que uma se mostrou com potencial produtivo acima da variedade normal. Neste momento, está a ser testada pelo segundo ano consecutivo em 11 produtores da província de Manica e os resultados são animadores, ao se produzir duas toneladas - uma quantidade vista como suficiente para fomentar o cultivo daquela oleaginosa em muitas províncias.

"Depois de concluído o teste, seguir-se-á a disseminação desta variedade noutras províncias", salientou Domingos Dias.

A este sucesso soma-se o da variedade de semente de milho conhecida por "sussuma", desenvolvida em Moçambique pelo Instituto de Investigação Agrária, e que está a registar um enorme sucesso no vizinho Malawi - um dos maiores produtores de milho na região, segundo informação veiculada há dias pela "Agência de Informação de Moçambique".

"Sussuma foi desenvolvida através de um processo de polinização aberta (não híbrida), tendo sido libertada pelo IIAM em 2001. A mesma foi introduzida no Malawi, entre 2003 e 2004, pela SG 2000, uma organização não governamental que trabalhava com o Ministério moçambicano da Agricultura", acrescenta a notícia da "AIM".

Na presente campanha agrícola (2008/2009), este país vizinho deverá registar a maior safra dos últimos anos, prevendo-se que venha a atingir 3,4 milhões de toneladas de milho. ■

Código Penal poderá sofrer alterações substanciais

Alexandre Matavele
alomatavele@hotmail.com

O Código Penal vigente no país poderá sofrer alterações substanciais. O facto foi ontem revelado pela especialista, em Direito Penal, Paula Varandas, momentos antes de orientar uma palestra que tinha como principal objectivo divulgar e discutir matérias relevantes na área de Direito.

Segundo a advogada, a alteração, que se supõe que seja substancial, tem como objectivo actualizar a lei, assim como adequá-la à realidade actual que se vive no país.

A palestra, havida ontem num dos estabelecimentos hoteleiros da capital moçambicana, reuniu especialistas da área judiciária, com particular destaque para o bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique, Gilberto Correia.

"CASO ABDUL GANI"

Instado a pronunciar-se sobre o caso que envolve o advogado Abdul Gani, Varandas disse que o acto constitui um atentado à dignidade do advogado, e acrescentou ainda que o mesmo constitui uma "terrível" violação aos princípios emanados na Constituição da República.

"Acho uma terrível violação a quem exerce a advocacia e acima de tudo um atentado à dignidade da pessoa do Dr. Gani, sendo Moçambique um Estado de direito, as coisas não deviam proceder desta maneira, neste caso não houve nem se quer um mandado de captura emitido pelo juiz, o que logo a priori viola o "pilar" básico de uma nação, que é a Constituição da República", disse a advogada. ■

FDC celebra 15º aniversário

A Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC) completou, ontem, o seu 15º aniversário, numa altura em que esta organização não governamental encontra-se a operar em todos os 128 distritos do país, e mais de 100 organizações da sociedade civil têm sido fortalecidas de diversas formas pela FDC.

De acordo com um comunicado de imprensa enviado à nossa redacção, a FDC tem estado a assistir anualmente cerca de 30 mil crianças órfãs e vulneráveis, para além de estar a beneficiar também 7 mil pessoas com actividades de geração de rendimento em 72 comunidades do país. Outrossim, o comunicado revela que cerca de 15 mil crianças em idade escolar estão a ser apoiadas pela FDC; mais de um milhão de mulheres e crianças cobertas pela vacinação e mais de 15 mil pessoas vivendo com HIV-SIDA também são assistidas pela Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade, presidida por Graça Machel.